



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

09/06/2015 ATÉ 09/06/2015



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE JUSBRASIL.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 G1 MARANHÃO.....	2
	2.2 SITE FOLHA DO BICO.....	3
	2.3 SITE IDIFUSORA.....	4 5 6

Acusada de mandar matar marido vai a novo júri em Pedreiras (MA)

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) deu provimento à apelação criminal interposta pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA) para reformar a decisão da 1ª Vara de Pedreiras, município localizado a 245 km de distância da capital, que absolveu Rocilda de Aguiar Sales, acusada de mandar assassinar seu marido, o motorista Raimundo Sales, conhecido como "Raimundo da Van". O MP-MA alega que o Tribunal do Júri decidiu contrário às provas dos autos, que comprovam o envolvimento da acusada.

Pelas investigações, Rocilda Sales teria encomendado" o assassinato do marido, pagando a quantia de R\$ 50 mil aos contratados para efetuar o crime. Ela confessou ter entregue, a um dos assassinos, uma fotografia da vítima para evitar "erros" e ter entregue um adiantamento.

O júri absolveu a mulher, condenando os acusados, Francisco Carlos Alves Teixeira e José Newton da Conceição Pereira, às penas de 27 e 24 anos de reclusão, respectivamente. Pela decisão, eles devem ser mantidos presos.

Justiça mantém decisão que obriga município de Carolina-MA a construir abrigo

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) manteve a decisão que obriga que o município de Carolina, providencie, em até 180 dias, a construção de abrigo com o mínimo de 30 vagas para crianças e adolescentes em situação de risco. A decisão original, que surgiu após uma ação civil pública proposta pela Defensoria Pública Estadual (DPE), foi do juízo da comarca do município que fixou a multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

A ação tem o objetivo de assegurar o direito à proteção integral das crianças e adolescentes, em cumprimento a uma prerrogativa constitucional. O município recorreu da liminar concedida, alegando que “não pode ser compelido a manter tal política e que o Judiciário não deve interferir no poder fiscalizador do Legislativo quanto à distribuição dos recursos e à administração financeira”. Segundo a prefeitura, a decisão acarretaria grande desequilíbrio orçamentário, informando que já instalou um conselho tutelar e um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

O relator do recurso, desembargador Marcelo Carvalho, no entanto, desconsiderou os requisitos para suspensão da decisão, já que trata-se de uma medida que envolve garantias fundamentalis à preservação da vida e dignidade de crianças e adolescentes.

Mulher acusada de mandar matar marido vai a novo júri popular

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão deu provimento à apelação criminal interposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) para reformar decisão da 1ª Vara de Pedreiras, que absolveu Rocilda de Aguiar Sales, acusada de mandar assassinar o seu marido, o motorista Raimundo Sales, o “Raimundo da Van”. O Ministério Público alega que o Tribunal do Júri decidiu contrário às provas dos autos, que comprovam o envolvimento da acusada como mentora intelectual do crime.

De acordo com as investigações, Rocilda de Aguiar Sales teria “encomendado” o assassinato, pelo qual pagou a importância de R\$ 50 mil aos contratados. A denunciada confessou ter entregue a um dos assassinos fotografia da vítima para que não houvesse erro no “trabalho” acertado, além do adiantamento da quantia de R\$ 13 mil. O júri absolveu a mulher, condenando os acusados Francisco Carlos Alves Teixeira e José Newton da Conceição Pereira, às penas de 27 e 24 anos de reclusão, respectivamente.

Município de Carolina a construir abrigo para crianças e adolescentes

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve decisão que determina que o município de Carolina providencie, no prazo de 180 dias, a construção de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco, com o mínimo de 30 vagas, seguindo as normas necessárias e inclusive, contratando corpo de profissionais aptos. A decisão original foi do juízo da comarca de Carolina, que fixou a multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento. A ação civil pública tramita na comarca de Carolina e foi proposta pela Defensoria Pública Estadual (DPE), com o objetivo de assegurar o direito à proteção integral das crianças e adolescentes, prerrogativa constitucional, colocando-os a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O município recorreu da liminar concedida, alegando que não pode ser compelido a manter tal política e que o Judiciário não deve interferir no poder fiscalizador do Legislativo quanto à distribuição dos recursos e à administração financeira. Argumentou, ainda, que a decisão acarreta grande desequilíbrio orçamentário no município, ressaltando que instalou Conselho Tutelar e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. O relator do recurso, desembargador Marcelo Carvalho, não considerou presentes os requisitos para suspensão da decisão, na medida em que a questão envolve garantia fundamental referente à preservação da vida e da dignidade da pessoa humana, estabelecidas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Mulher acusada de mandar matar marido vai a novo júri popular

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão deu provimento à apelação criminal interposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) para reformar decisão da 1ª Vara de Pedreiras, que absolveu Rocilda de Aguiar Sales, acusada de mandar assassinar o seu marido, o motorista Raimundo Sales, o “Raimundo da Van”. O Ministério Público alega que o Tribunal do Júri decidiu contrário às provas dos autos, que comprovam o envolvimento da acusada como mentora intelectual do crime. De acordo com as investigações, Rocilda de Aguiar Sales teria “encomendado” o assassinato, pelo qual pagou a importância de R\$ 50 mil aos contratados. A denunciada confessou ter entregue a um dos assassinos fotografia da vítima para que não houvesse erro no “trabalho” acertado, além do adiantamento da quantia de R\$ 13 mil. O júri absolveu a mulher, condenando os acusados Francisco Carlos Alves Teixeira e José Newton da Conceição Pereira, às penas de 27 e 24 anos de reclusão, respectivamente.

Tribunal é reconhecido pelo CNJ por superar meta do PJe

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a doação de 1.283 microcomputadores, a mesma quantidade de no-breaks e 72 scanners, como premiação pelo resultado alcançado com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que superou a meta estabelecida para os tribunais estaduais.

As doações fazem parte do Projeto de Modernização da Justiça, previstas no Art. 46 da Resolução 185/2013 do CNJ, que dispõe sobre a implantação do PJe. Os equipamentos doados ao TJMA equivalem a um investimento de R\$ 3.160.458,00, segundo o Conselho.

A destinação foi definida pelo CNJ que, por meio de convênio firmado com o Tribunal, prevê e permite que sejam utilizados em iniciativas ou projetos catalogados pelo Conselho e alinhados às estratégias nacionais.

Mais de 28 mil processos já estão tramitando eletronicamente no Judiciário maranhense, gerando movimentações sem o uso de papel em 29 juizados especiais, oito turmas recursais e nas Câmaras Criminais Reunidas. Dentre os processos distribuídos, desde o início da implantação, em outubro de 2013, 8.929 foram julgados, decididos e sentenciados.

Expansão - A Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos estima que a expansão do PJe nas unidades jurisdicionais de 1º Grau, programadas para 2015, resulte no protocolo de 52 mil processos eletrônicos por ano. Já no âmbito do 2º Grau, a estimativa gira em torno de 11 mil novos casos - ações originárias e recursos - em suporte eletrônico.

De acordo com o juiz Roberto Abreu, que coordena os trabalhos de implantação, o sistema PJe deverá ser expandido pelo Tribunal para mais 50 unidades jurisdicionais de 1º Grau e outras 14 de 2º Grau, até o final de 2015. O programa de expansão beneficiará as comarcas da Ilha (termos de São Luís e São José de Ribamar), Timon e Imperatriz, incluindo todas as classes processuais, exceto as de natureza penal e infracional.

A instalação nas demais unidades deverá ser concluída até o final de 2017, conforme a Portaria nº 525/2014.

“Receber esses equipamentos é um incentivo para todos nós que trabalhamos pelo avanço da Justiça maranhense. Nos sentimos estimulados a continuar investindo nesse processo de modernização, que beneficia o Tribunal, os operadores do Direito e o público jurisdicionado”, declara o diretor-geral do TJMA, Hebert Pinheiro Leite.

Treinamento - Em reunião para avaliação dos trabalhos de implantação do PJE, o diretor de Informática e Automação do TJMA, Jorge Henrique de Oliveira, explicou que serão iniciadas novas turmas para treinamento sobre o uso do sistema eletrônico, destinadas a servidores da Defensoria Pública, Ministério Público e advogados. A primeira capacitação acontecerá na sede da OAB-MA, nos dias 8 e 9 deste mês.